

BELÉM DO PARÁ, DAS ORIGENS AOS FINS DO SÉCULO XVIII

ANTÔNIO ROCHA PENTEADO

A cidade de Belém foi fundada para "servir de sinal de posse e como baluarte de defesa da imensidão amazônica" (1), por Francisco Caldeira Castelo Branco, aos 12 de janeiro de 1616; como muitas cidades da Amazônia que "constituíram-se em sua quase totalidade à sombra de fortificações, saíram de antigos aldeamentos de gentio onde o Missionário trabalhava, pacificando, tentando ocidentalizar a sociedade primária do vale, Santa Maria de Belém, o primeiro núcleo cristão no extremo norte do Brasil não abriu exceção. Nascera à proteção do Presépio" (2).

O fundador de Belém partira do Maranhão, com uma frota composta de três embarcações tripuladas por 150 homens; acompanhando a recortada costa do Pará, adentrou a baía de Marajó e, passando por entre o grupo das ilhas que dão origem à estreita baía de Guajará, junto à barra do rio Guamá, encontrou um local excelente para a edificação de um forte, pois "agradou-se Castelo Branco de uma ponta de terra, inacessível pela parte do mar (sic) e defendida pela parte da terra por extenso igarapé, que nascendo no alagadiço do Piri ia desembocar onde hoje é a doca do Ver-o-Pêso. Neste ponto construiu êle um forte de madeira coberto de palha, material usado pelos franceses no Forte de São Luiz do Maranhão, a que denominou Presépio, não só porque aquela ponta alta dava aquela aparência a quem viesse da baía de Guajará, como porque partira no dia de Natal, do Maranhão" (3).

(1) Azevedo, Aroldo de, *Vilas e cidades do Brasil Colonial*, p. 22.

(2) Reis, Arthur Cezar Ferreira, «Retratos de Belém», em *Novidade*, ano I, n.º X, p. 21.

(3) Vianna, Arthur, «Monografias Paraenses», em *Revista do Inst. Hist. e Geog. do Pará*, ano 1900, pp. 290-291.

Estava lançada a semente que representa o início do "grande episódio da integração do espaço amazônico ao império lusitano (4); o forte do Presépio, assentado sobre a extremidade mais ocidental de "uma pequena península, fragmento de terraço de 7-8 metros, contornado pelo rio Guamá, ao sul, e rio Guajará (sic), a oeste, e uma pequena baía, ao norte (5)", ficava a cavaleiro das águas, em posição eminentemente defensiva, como impunha a estratégia daquela época, gozando ainda da vantagem de ficar isolada do continente pela baixada alagadiça do Piri.

O retalho de superfície terraceada, em que foi construído o forte do Presépio, assim como a parte mais antiga de Belém que junto ao mesmo se desenvolveu, é sustentado por um nível de laterita, pois, como já informava Baena, nela a terra é na "maior parte vermelha e cascalhuda" (6), o que originou uma área plana e ideal para o estabelecimento de um aglomerado urbano.

Nisto, a Belém primitiva guarda um certo aspecto de similitude com muitas outras cidades do vale amazônico, quase sempre situadas sobre terraços enxutos, dominando os rios adjacentes e, muitas vezes, tendo sua área de expansão limitada pela pequena dimensão do "têso" em que se encontram.

Assim se deu com Belém, nos seus primeiros tempos, quando o casario construído junto ao Forte constituía a colônia conhecida como "Feliz Lusitânia"; surgiram então os caminhos que se transformaram depois nas mais antigas ruas da chamada Cidade Velha, abertos através da mata virgem, iniciados pela feitura daquele que, partindo da "praça d'armas onde se abrigavam os soldados de Caldeira Castelo Branco" ia até onde hoje está a Igreja do Carmo "levantada nos terrenos que pertenceram ao Capitão-Mor Bento Maciel Parente e onde este tinha a sua residência" (7).

Este caminho, que veio dar origem à primeira rua de Belém, acompanhava a escarpa do terraço do sítio primitivo da cidade pelo lado do Guamá; era muito plano e se desenvolvia numa altitude situada em torno da cota dos 9m: transformou-se, na então chamada rua do Norte, atual rua Siqueira Mendes cuja extensão, da praça Frei Caetano Brandão até a frente da Igreja do Carmo, é de uns 300 m., pois, neste ponto, aproximando-se a rua da borda ocidental do terraço, tem, junto de si, um dos maiores abruptos que se encontram na cidade de Belém, talhado a pique, de 7,5-8 m a 2-2,5m, rumo às águas do Guamá.

Mais para o interior do sítio primitivo, paralelamente à rua do Norte, abriram-se as ruas do Espírito Santo (atual Dr. Assis) e dos Cavaleiros (atual Dr. Malcher); a quarta rua aberta, ainda no mesmo sentido, foi a rua de São João, que terminava em frente à igreja do mesmo nome.

(4) Reis, Arthur Cezar Ferreira, *A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII*, p. 14.

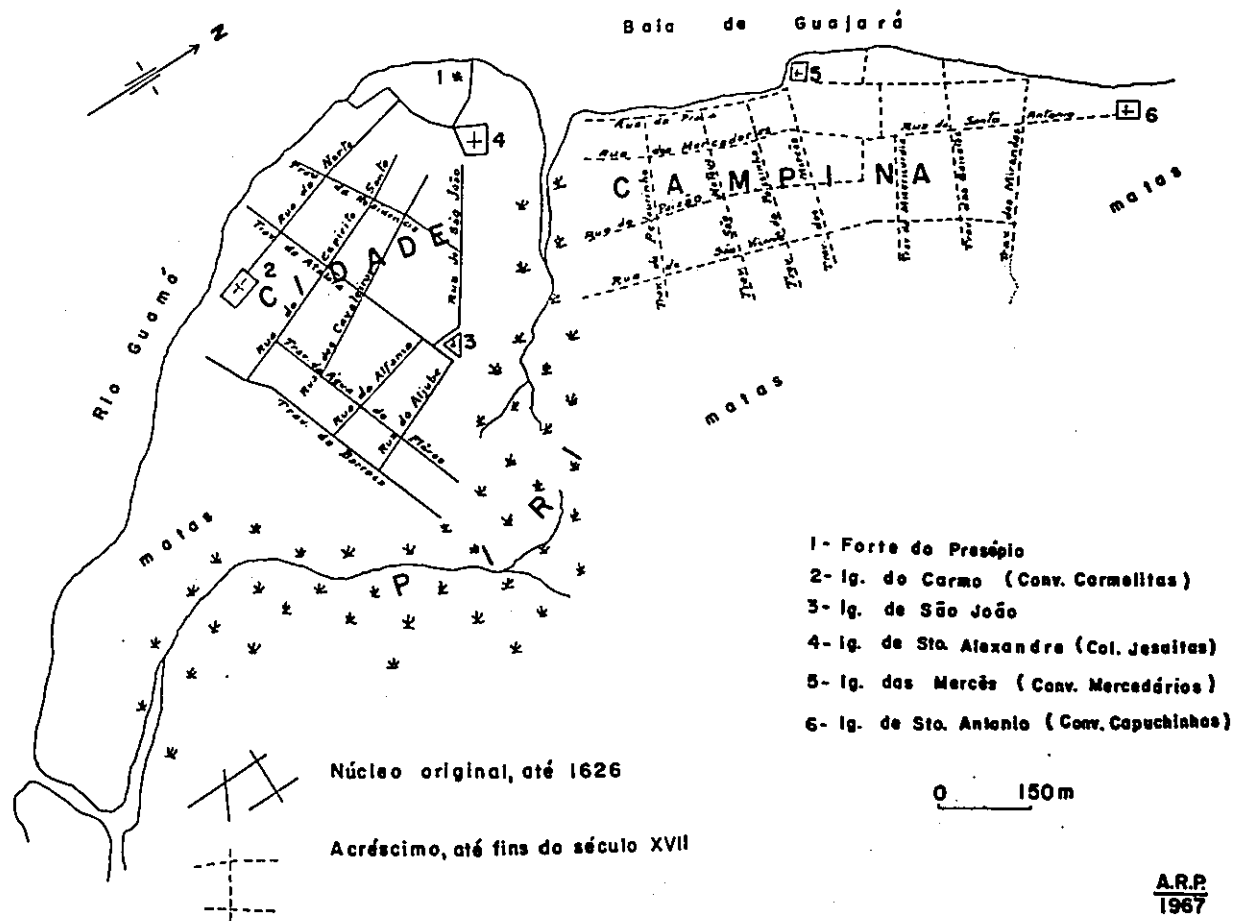
(5) Gourou, Pierre, «A região de Belém», em *Boletim da Inspeção Regional de Fomento Agrícola no Estado do Pará*, ano X, número único, p. 18.

(6) Baena, Antonio Ladislau Montelro, *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, p. 234.

(7) Cruz, Ernesto, *História do Pará*, 2.º vol., p. 428.

BELÉM - FINS DO SÉCULO XVII

**Reconstituição do autor baseada
em documentação histórica**



Dêstes anos iniciais de Belém, sabe-se, e com certeza, que Bento Maciel Parente, que construíra sua casa em 1621, no ponto em que terminava a rua do Norte, já em 1627, doava sua morada e terreno respectivo "aos frades carmelitas calçados para que aí fundassem o seu convento e igreja, donde veio a chamar-se largo do Carmo a êsse lugar" (8).

Foi êsse mesmo cidadão quem mandou erigir a primeira igreja de São João, em 1622 (9), situada no acanhado largo de São João, unido ao do Carmo por uma travessa, hoje chamada Joaquim Távora (antiga Atalaia). Ao mesmo tempo, foram abertas outras travessas, também transversais ao eixo aproximadamente norte-sul acompanhado pelas ruas já citadas: a da Residência (hoje da Vigia), a d'Água de Flôres (atual Cap. Gen. Pedro de Albuquerque) e a da Barroca (atual Trav. de Gurupá). As ruas da Aljube e da Alfama, abertas da Trav. da Atalaia para o sul atualmente denominadas ruas Rodrigues dos Santos e Cametá, completavam o quadro urbano da época (10); elas chegavam até a rua da Barroca, rua de nome muito significativo, pois que caía tanto para o Guamá como para os lados das nascentes do Piri, e que pode ser considerada como o local "onde findava o perímetro urbano da cidade pelo lado meridional" (11).

Ficava assim a Feliz Lusitânia encarapitada no alto do terraço, como uma miniatura de acrópole, tendo, em sua porção norte, na "ponta de terra mais proeminente da baía do Guajará (12) o forte do Presépio, descrito em 1627 como sendo construído de "tapias de pilon, com portadas de cal y canto, y trez baluartes con su cava, y mas fortificaciones a lo moderno" (13), do qual nada mais existe atualmente. Dêle partia para leste um pequeno caminho que ia ter à embocadura do Piri de Juçara "igapó de 300 braças de largo e 600 de profundidade" (14); junto da citada embocadura se encontrava o "pôrto" da então colônia. Êsse Piri de Juçara, que se constituiu num importante elemento para a escolha do primitivo sítio da cidade, foi um dos grandes problemas a serem resolvidos para a melhoria das condições de vida do aglomerado urbano. A Feliz Lusitânia se tornara foco de irradiação da penetração portuguesa no norte do Brasil; começara a ser aquilo que mais caracteriza a atual cidade de Belém: o grande empório da Amazônia (15).

O ano de 1627 marca também um importante acontecimento na vida do núcleo colonial: tratava-se da construção do primeiro convento e igreja levantados pelos frades da ordem de Santo Antônio, que se transferiram da aldeia do Una, situada ao norte de Belém, para o local onde hoje está o largo de Santo Antônio.

(8) Barata, Manuel de Mello Cardoso, «As primeiras ruas de Belém», em *Revista do Inst. Hist. Geog. Brasileiro*, tomo 77, p. 117.

(9) Idem, *Ibidem*, p. 117.

(10) Idem, *Ibidem*, p. 118.

(11) Idem, *Ibidem*, p. 118.

(12) Idem, *Ibidem*, p. 115.

(13) Idem, *Ibidem*, p. 115.

(14) Hurley, Jorge, *Belém do Pará sob o domínio português* p. 17.

(15) Penteado, Antonio Rocha, *Problemas de Colonização e de Uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará*, 1º vol., p. 106.

Fica êste largo sôbre a cota dos 9 m, terminando a oeste junto ao fim da atual rua Gaspar Viana, que ocupa a borda dêsse nível terraceado, de onde se descortina amplo panorama da baía de Guajará, dominado no primeiro plano pela atual zona portuária.

Da igreja de Santo Antônio ao antigo Forte do Presépio há uma distância de, aproximadamente, 1250 metros, hoje ocupada, em grande parte, pelas ruas Cons. João Alfredo e Santo Antônio, mas que, naquele início do segundo quartel do século XVII, era atravessada por um caminho. Êsse caminho que partia do Piri, defronte a uma ponte de estiva que o ligava a outra margem ocupada pelo núcleo original de Belém, e que ia até a citada igreja dos capuchinhos, onde "findava a cidade pelo lado do norte e continuava a dominar ereta a floresta secular" (16), pode ser considerado como o eixo de expansão urbana mais importante desta época. Por êle se estabeleceu o comércio, o que o transformou na rua dos Mercadores (e posteriormente na rua da Cadeia), nomes que lhe foram dados para o trecho situado entre o largo das Mercês (atual Praça Visconde do Rio Branco) e o Piri; dêsse largo até o convento, conservou-se o nome de Santo Antônio.

É justo que se note, mais uma vez, a adaptação da estrutura urbana desta nova parte de Belém, às condições topográficas de seu sítio.

O caminho que ia para o convento não acompanhava o então litoral; fugia dêle, subindo pela encosta suavizada do nível 5-10 m. As águas do Guajará lambiam o sopé da escarpa dêste nível, bem marcada, ao norte, mas que se diluía junto à embocadura do Piri, próxima à qual a atual rua 15 de novembro era chamada rua da Praia e, "até 1820, só tinha edificações ao lado oriental" (17).

Esta rua terminava numa praça onde os frades mercedários ergueram sua igreja e convento (1640), cujos fundos davam diretamente para a praia, o que permitiu, mais tarde, graças à sua expulsão do Pará, que o convento fôsse transformado em alfândega. Ao mesmo tempo, iam-se abrindo outras ruas, paralelas à dos Mercadores, como a da Paixão (depois rua Formosa e atualmente, 13 de Maio), ou transversais, como a Trav. do Pelourinho (atual 7 de Setembro), travessa de São Mateus (atual Padre Eutíquio), trav. do Passinho (atual Campos Sales), trav. das Mercês (atual Frutuoso Guimarães), trav. de Misericórdia (atual Padre Prudêncio), trav. das Gaivotas (atual 1.º de Março) e trav. dos Mirandas (atual Presidente Vargas). Tôdas essas travessas tinham pouca extensão, tanto assim que a dos Mirandas se prolongava "através da mata para o depois chamado largo da Casa da Pólvora (atual Praça da República)" (18).

De grande importância para o aglomerado foi a chegada de colonos açorianos, em 1676; para alojá-los, pois eram "234 pessoas de ambos os sexos, abriu-se (22 de janeiro) a rua de S. Vicente, onde foram colocadas aquelas

(16) Barata, Manuel de Mello Cardoso, obra citada, p. 120.

(17) Idem, *Ibidem*, p. 120.

(18) Idem, *Ibidem*, p. 121.

famílias" (19). Essa rua, depois chamada Paes de Carvalho (hoje, Manuel Barata), teve seu prolongamento para o Piri, o que constituiu a rua Nova de Santana, atualmente reunida à primeira, com a designação acima citada.

Estes fatos demonstram que os habitantes de Belém já não eram poucos e que não havia habitações disponíveis no aglomerado, o que determinou a abertura das duas ruas a que nos referimos.

Como estas ruas são consideradas como as existentes em Belém, ao findar o século XVII (20), já naquela época seria possível reconhecer o embrião dos dois núcleos, separados pelo Piri, e que constituíam o que se chamava "Cidade", junto ao Forte do Presépio e "Campina", em torno da rua dos Mercadores.

Em ambos, a paisagem urbana pouco diferia: ruas estreitas e tortuosas, especialmente as travessas, ainda com poucas edificações, mas com algumas importantes igrejas e conventos, que se sobressaíam do conjunto arquitetônico, predominantemente construído de casas de um só pavimento, de taipa ou de barrote revestidas de tijuco, denunciando a espontaneidade do desenvolvimento urbano: "já se levantara a capela de Nossa Senhora da Graça, origem da matriz grandiosa do século XVIII, marco maior de toda a expansão lusitana. Ergueram-se depois as primeiras igrejas de São João, Carmo, Santo Antônio, Mercês, Santo Alexandre, capela de Santo Cristo! Construíram-se os conventos do Carmo, dos Franciscanos de Santo Antônio, Jesuítas, Mercês" (21).

A população vivia modestamente, a tal ponto que João de Souza Ferreira, citado por Arthur Cezar Ferreira Reis, escreveu em fins do século XVII: "Compõe-se a cidade de Belém de quinhentos moradores, gente luzida e vária nobreza, em que também não falta pobreza, uma Matriz, uma Misericórdia, quatro conventos, Colégio, Santo Antônio, Mercês, Carmo e uma igreja de Nossa Senhora do Rosário, uma igreja de São João e uma linda e guarnecida ermida de exaltação da Cruz, por evocação do Santo Cristo" (22).

Os quinhentos moradores eram, por certo, os homens livres, "gente luzida e de vária nobreza", como afirmava o autor singularmente, a qual estava muito longe de ser rica, pois não faltava pobreza, o que contrastava com as igrejas e conventos, que tanto lhe chamaram a atenção.

Tais observações não contradizem as que foram feitas pelo Senado da Câmara de Belém, numa representação enviada em 1661 ao Padre Antônio Vieira, que, na qualidade de Visitador Geral das Missões do Pará e Maranhão, havia chegado a Belém. Nesse instrumento os vereadores afirmavam que "não havia com que pagar ao Vigário da Matriz o seu ordenado, nem aos Capuchos de Santo Antônio...", "... que naquele ano não tinham vindo às festas do Natal as famílias de alguns homens nobres, por causa das suas

(19) Idem, Ibidem, p. 121.

(20) Idem, Ibidem, p. 121.

(21) Reis, Arthur Cezar Ferreira, «Retratos de Belém», em *Novidade*, ano I, n.º X, p. 21.

(22) Idem, Ibidem, p. 21.

filhas donzelas não terem que vestir...", "que todos os homens geralmente, até os mais principais, andam vestidos de pano de algodão tinto de preto...", e que os escravos "nas fazendas e muitas vezes na cidade, andavam nus, sem distinção de sexo" (23).

O comércio de Belém, nas suas relações com a Europa, era bastante precário; em 1694, faltava quase tudo, "até vinho para as missas" (24) e a cidade era "mal provida de peixe por não haverem pescadores brancos e (serem) os índios geralmente preguiçosos..." (25).

Não é de admirar, portanto, que neste século XVII tivesse havido duas tentativas para mudar a localização da cidade. A primeira ocorreu em 1633, quando o chefe das Forças da Capitania do Pará, Feliciano Coelho de Carvalho, recebeu a missão de transplantá-la para um novo sítio, na baía do Sol, o que não fez "diante do embaraço clamoroso dos seus habitantes, os quais não considerando receptíveis as razões de ser a cidade uma infante povoação, e composta de domicílios pouco estimáveis, e mal situada, recusam, positivamente, dar prasse ao projeto" (26).

A segunda tentativa foi levá-la para Marajó, onde se acha a aldeia de Joanes; data de 1655 e foi proposta por Vidal de Negreiros ao Rei de Portugal, encontrando "forte oposição do povo e do comércio" (27).

A resistência denodada dos belemistas a essas investidas asseguraram o enraizamento da cidade ao sítio que escolhera; a concessão feita aos seus habitantes, de "privilégios iguais aos cidadãos do Pôrto, em paga pela campanha desenvolvida contra o holandês no Maranhão" (28), surtia seus efeitos e Belém iniciou o século seguinte dando as costas ao berço em que nascera, lançando-se, decididamente, pela "Campina".

Assim, as ruas e praças desta parte da cidade foram sendo ocupadas por construções de tipo até então desconhecido: em primeiro lugar, pela edificação de novas igrejas, já com as proporções que chegaram aos nossos dias, verdadeiros monumentos, que, "riscados com técnica mais aprimorada, apresentavam imponência" (29), como a Catedral (1748-1755), e a de Santana (1761); em segundo lugar, pelo aparecimento de alguns edifícios públicos, como a Cadeia (1737-1751) "na rua que tomou esse nome, pouco distante da Casa do Ver-o-Pêso" (30) e a excelente construção da época, o Palácio do Governo, tão necessário por estar o governador residindo em casas alugadas "as mais amplas e nobres da época" (31), já que a Casa de Residência estava em ruínas. É de 1762 o início da construção do Palácio, projeto de José Antônio Landi, o arquiteto italiano responsável também por muitas

(23) Cruz, Ernesto, *História do Pará*, Vol. 1.º, p. 44.

(24) Hurley, Jorge, *Belém do Pará sob o domínio português*, p. 37.

(25) Reis, Arthur Cezar Ferreira, «Retratos de Belém», em *Novidade*, ano I, n.º X, p. 21.

(26) Baena, Antônio Ladislau Monteiro, *Compêndio das Eras da Província do Pará*, p. 31.

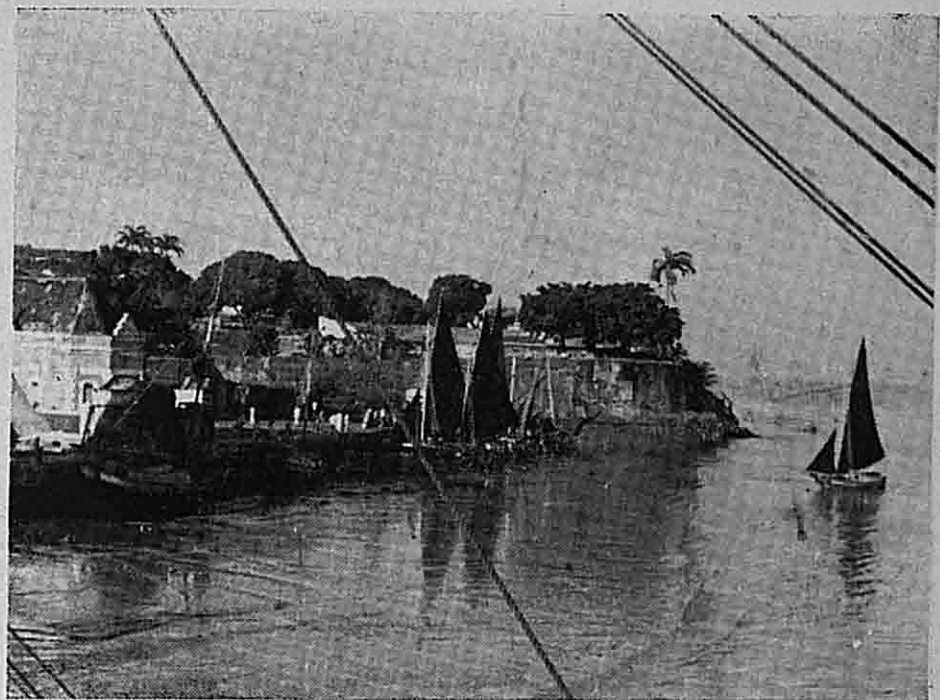
(27) Hurley, Jorge, *Obra citada*, pp. 32-33.

(28) Reis, Arthur Cezar Ferreira, *Obra citada*, p. 21.

(29) Idem, *Ibidem*, p. 1.

(30) Cruz, Ernesto, *História do Pará*, Vol. 1, p. 143.

(31) Idem, *Ibidem*, p. 143.



Fotos 1 e 2 — O sítio do núcleo original da cidade — Na foto superior vê-se a entrada da doca do Ver-O-Pêso e o terraço sobre o qual foi construído o Forte do Presépio; na foto inferior, observa-se, claramente, o acentuado e brusco desnível que existe entre a parte ocidental do velho núcleo (antiga igreja dos Jesuítas) e as águas da baía de Guajará. (Fotos do autor)



Fotos 3 e 4 — A rua do Norte e o largo do Carmo — As duas fotografias nos mostram um dos trechos mais antigos da cidade de Belém. Na foto superior a atual rua Siqueira Mendes, junto ao largo do Carmo; o casario guarda um aspecto característico da arquitetura portuguesa, com suas sacadas guarnecidas com grades de ferro e inúmeras portas para a rua. Depósitos ou armazéns no andar térreo; moradas na parte superior. Já o edifício atual da igreja do Carmo, no largo do mesmo nome, data de 1766; daí o estilo neo-clássico de sua fachada, obra do arquiteto Antonio Landi. (Fotos do autor).



Fotos 5 e 6 — A rua do Espírito Santo e o largo da Sé — Estreita e acanhada, a rua hoje denominada Dr. Assis foi a primeira a ser aberta, paralelamente a rua do Norte; contém alguns sobrados, com largos beirais e belas grades de ferro, como o que se vê a esquerda, localizado na esquina da travessa da Atalaia (atual Joaquim Távora). A atual igreja da Sé (foto inferior), da segunda metade do séc. XVIII, domina a parte meridional do mencionado logradouro, contrastando com a rigidez de suas linhas, o estilo barroco de outras igrejas de Belém como a da Mercês ou a dos Jesuítas. (Fotos do autor).





Fotos 7 e 8 — A rua dos Cavaleiros e a travessa da Residência — Na rua Dr. Malcher, algumas fachadas reformadas não conseguem esconder a antiguidade de sua origem; o traçado irregular denuncia a espontaneidade de sua abertura. As torres da Catedral (à esquerda) e da igreja dos Jesuítas (S. Bartolomeu, à direita), marcam o local de onde se expandiu a Cidade Velha, rumo sul. Na foto inferior, a Travessa da Residência (entre as ruas do Norte e do Espírito Santo); estreita, toda construída, ladeada por casas térreas com amplos beirais e por sobradões com as clássicas sacadas guarnecidas com grades de ferro, é bem o testemunho de uma época da vida de Belém. (Fotos do autor)



Fotos 9 e 10 — A Igreja dos Jesuítas e o solar do Barão de Guajará — A Igreja de Santo Alexandre resulta de uma última reforma efetuada em prédio mais antigo que sucedeu às duas primitivas construções dos Jesuítas (1653 e 1658). É uma obra de estilo barroco peculiar, colocada em frente à catedral, no largo da Sé. Já o solar do Barão de Guajará é construção da primeira metade do Séc. XIX; situado no largo do Palácio, possui a aparência de muitos sobrados de São Luiz do Maranhão graças ao sótão: revestido extremamente de azulejos, ornamentado pelos grãos de ferro de suas sacadas, possuindo mesmo um pátio interno, é o edifício que mais se destaca como marco do período que antecede o "ciclo da Borracha". (Fotos do autor)

igrejas de Belém do século XVIII, cujo “risco, seguro, impressionante, deixou sinais bem vivos”, naquilo que construiu, verdadeiras “obras de arte com majestade que não se encontra em nenhum outro documento artístico — histórico do Brasil” (32).

Muito embora as ruas não fôsssem calçadas e se transformassem no “inverno” em lodaçais, as casas, “mais espaçosas, mais confortáveis, de pedra e barro, ofereciam um aspecto menos rude. Assobradavam-se. Entrava no enfeite externo o azulejo, de caráter bem lusitano” (33). Note-se aqui que o uso da expressão “pedra e barro” se liga à presença da laterita existente no sítio primitivo de Belém e em suas cercanias, que serviu não somente para a construção de alicerces e mesmo de paredes, como também para o calçamento das ruas, pois que a “primeira rua que teve calçamento, feito de pedras irregulares, da terra (grés ferruginoso), foi a rua da Paixão, em 1757. E êsse sistema continuou até depois de meado do século XIX, em que se começou a fazê-lo com paralelepípedos de granito, importados do estrangeiro” (34).

É do ano de 1743 a descrição de Belém feita por La Condamine em sua famosa viagem, quando estêve bem hospedado numa “casa cômoda e ricamente mobiliada, com um grande jardim” (35); a julgar pelas suas palavras, Belém podia ser considerada, após o que observara no seu roteiro, “uma grande cidade, ruas bem alinhadas, casas risonhas, a maior parte construída desde trinta anos em pedra e cascalho, igrejas magníficas” (36).

Note-se o detalhe referente às casas construídas em “pedra e cascalho”, que tanto chamava a atenção do famoso matemático e físico; verificou, também, certos aspectos da vida urbana de Belém, escrevendo que “o comércio direto do Pará com Lisboa, donde chega todos os anos um grande comboio, dá às gentes de recursos a facilidade de se proverem de tôdas as comodidades” (37), o que significava problemas de tôda sorte, nos períodos compreendidos entre estas ligações com a Europa, pois “não havia riqueza, é certo. O meio nunca permitiu larguezas. As fortunas particulares, apontadas como exceções gritantes, não se registravam por grossos cabedais” (38).

La Condamine conta que as mercadorias chegadas da Europa eram trocadas por “gêneros do país, que são, além de algum ouro em pó que transportam do interior das terras do outro lado do Brasil, todos os diferentes produtos úteis, quer dos rios que vêm perder-se no Amazonas, como das margens dêste último: a casca do pau-cravo, a salsaparilha, a baunilha, o açúcar, o café e sobretudo o cacau, que é a moeda corrente do país e que constitui a riqueza dos habitantes” (39).

(32) Reis, Arthur Cezar Ferreira, Obra citada, p. 1.

(33) Idem, Ibidem, p. 1.

(34) Barata, Manuel de Mello Cardoso, Obra citada, p. 122.

(35) La Condamine, Charles Marie de, Viagem na América Meridional, descendo o rio das Amazonas, p. 125.

(36) Idem, Ibidem, p. 126.

(37) Idem, Ibidem, pp. 126-127.

(38) Reis, Arthur Cezar Ferreira, Obra citada, p. 1.

(39) La Condamine, Charles Marie de, Obra citada, pp. 126-127.

Como se pode notar, a vida em Belém, nesta época, dependia de uma série de fatores estranhos à região, pois o núcleo vivia ainda intimamente ligado à Metrópole, graças ao estabelecimento de um verdadeiro regime de trocas, pois foi somente em 1749 que o dinheiro amoeado entrou a circular na colônia (40).

"Em consequência, o viver, na generalidade, era apenas remediado. Belém agasalhava, então, uma burguesia de pouca expressão" (41); apesar disso, o núcleo cresceu do ponto de vista demográfico, já que, contando os homens livres e escravos, sua população, em 1788, chegava a 10.620 habitantes (42) e já existiam moradores pelos seus subúrbios, onde "nas rocinhas que se abriram nas cercanias da cidade, morava o mais importante, o mais abastado da região" (43).

Essas "rocinhas", que tanto encantaram os viajantes que passaram por Belém no século seguinte, eram "o todo que formava a pequena propriedade rural: o campo, o pomar, a floresta e, enfim, a casa" (44).

Com a construção da primeira ermida no sítio de Nazaré, (1774), uma pequena clareira dentro da floresta virgem, o povo passou a nela realizar romarias anuais, a primeira das quais ordenada pelo governador do Pará, D. Francisco de Souza Coutinho, em 1790, que desejou fôsse inaugurada uma feira de produtos agrícolas e industriais do Estado, onde é hoje o largo de Nazaré (45). Surgiram, posteriormente, outras "rocinhas" neste rumo, assim como muitas habitações isoladas dentro da mata.

Anos depois, a sudeste do antigo centro, na chamada estrada de São José, foi instalado, em 1781, o primeiro Horto Botânico de Belém, dirigido por um imigrante francês, onde foram feitos ensaios com árvores frutíferas vindas de Caiena, S. Domingos ou de outras procedências (46).

Belém ia, ao mesmo tempo, se transformando em um centro político e comercial; o capitão-general veio residir na cidade, que recebeu, também, um Cirurgião-Mor, em detrimento de São Luiz do Maranhão. Chegaram a correr boatos de que D. José I deixaria o reino ibérico e instalaria a sede da Monarquia Portuguesa em Belém (47).

Do ponto de vista comercial, Belém se tornara uma grande praça exportadora de café, de açúcar, de baunilha, de cacau. A procura de habitações gerou um aumento dos preços das casas, devido ao crescimento demográfico do aglomerado urbano; tudo subiu de preço, inclusive os gêneros alimentícios (48).

(40) Hurley, Jorge, *Belém do Pará sob o domínio português*, p. 53.

(41) Reis, Arthur Cezar Ferreira, *Obra citada*, p. 1.

(42) Hurley, Jorge, *Obra citada*, p. 83.

(43) Reis, Arthur Cezar Ferreira, *Obra citada*, p. 1.

(44) Tocantins, Leandro, *O rio comanda a vida*, p. 175.

(45) Cruz, Ernesto, *História do Pará*, Vol. I, p. 243.

(46) Cruz, Ernesto, *História do Pará*, vol. I, p. 149.

(47) Reis, Arthur Cezar Ferreira, *Obra citada*, p. 1.

(48) Cruz, Ernesto, *Obra citada*, pp. 74-80.

Belém se estabelecera, também, definitivamente, na Campina e já se apresentava então, com aqueles dois núcleos de casario que lhe emprestavam um aspecto "sui-generis". (49)

B I B L I O G R A F I A

- AIRES DE CASAL, Pe. Manuel — *Corografia Brasílica*, 2 volumes, Fac-símile da edição de 1817, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1947.
- AZEVEDO, Aroldo de — *Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, 93 pp. com ilustrações, Boletim 208 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1956.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro — *Compêndio das eras da Província do Pará*, 648 pp., Tip. Santos e Santos, Pará, 1816.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro — *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, 605 pp., Tip. Santos e Santos, Pará, 1839.
- BARATA, Manuel de Melo Cardoso — «Fastos Paraenses: as primeiras ruas de Belém», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 77, pp. 115 a 134, Rio de Janeiro, 1914.
- CORREIA Pinto, «Belém (Imagens e Evocações)», 159 pp., Rio de Janeiro, 1968.
- CRUZ, Ernesto — *História do Pará*, 2 vols., 854 págs., Col. Amazônica, «Série José Veríssimo», Ed Universidade Federal do Pará, Belém, 1963.
- DENIS, Ferdinand — *O Brasil*, 2.º vol., 372 pp. com ilustrações, Livraria Progresso Editora, Salvador, 1955.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues — «Miscelânea de Observações Filosóficas no Estado do Grão Pará (ano de 1784)», *Revista Nacional de Educação*, n.º 9, Junho, 1933.
- GOUROU, Pierre — «A região de Belém», em *Boletim da Inspeção Regional do Fomento Agrícola do Estado do Pará*, Ano X, n.º único, pp. 3-20, Belém, 1960.
- HURLEY, Jorge — *Belém do Pará sob o domínio português — 1616 a 1823*, 261 pp., com ilustrações, Livraria Clássica, Belém, 1940.
- LA CONDAMINE, Charles Marie de — *Viagem na América Meridional descendo o Rio Amazonas*, 270 pp. com ilustrações, Ed. Pan Americana S.A., Rio de Janeiro, 1944.
- LAMARTINE, Alfredo — *Tricentenário da Fundação de Belém*, 133 ppp. com ilustrações, Livraria Bittencourt, Pará, 1916.
- PENTEADO, Antonio Rocha — «Belém do Pará — Primeiros Estudos», em *Anuário da Faculdade de Filosofia «Sedes Sapientiae»*, 1948/1949, pp. 57-69, São Paulo, 1949.

(49) Amplos informes sobre a cidade de Belém os leitores encontrarão na obra de nossa autoria «Belém do Pará — Estudo de Geografia Urbana».

- PENTEADO, Antonio Rocha — *Problemas de Colonização e de uso da terra da Região Bragantina do Estado do Pará*, Prêmio «Alm. Gago Coutinho» 2 vols., 448 pp., com ilustrações, Col. Amazônica, série «José Veríssimo», Ed Universidade Federal do Pará, Belém, 1957.
- PENTEADO, Antonio Rocha «*Belém do Pará — Estudo de Geografia Urbana*», 2 vols. 448 pp. Col. Amazônica, Série «José Veríssimo», Universidade Federal do Pará, Belém, 1968.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira — «*Retratos de Belém — I, Séc. XVII*», em *Novidade*, ano I, n.º X, Belém, outubro, 1940.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira — «*Retratos de Belém — II, Séc. XVIII*», em *Novidade*, ano I, n.º XI, Belém, novembro, 1940.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira — *A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII*, 38 pp. Coleção Pedro Teixeira, SPVEA, Rio de Janeiro, 1959.
- TOCANTINS, Leandro — *O rio comanda a vida*, 229 pp., Editora A Noite, Rio de Janeiro, 1951.
- URCULLU, D. José de — *Tratado Elementar de Geografia Astronômica, Física, Histórica ou Política, Antiga e Moderna*, 3 vols. Tip. Comercial Portuense, Porto, 1837-1841.
- VIANNA, Arthur — «*Monografias Paraenses*» em *Revista do Inst. Hist. Geog. do Pará*, ano 1900, pp. 290-291, Belém, 1901.

